



Sindicato independente e de luta
Filiado a: ANPAE, DIEESE, MOSAP, DIAP

Publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo

Campanha: SINESP exige transparência

A Administração Municipal está encaminhando as negociações da Campanha Salarial de forma inadequada, com detalhes não divulgados e sem assinatura de protocolo

Leia no editorial e na pág. 3

Dia das mães é comemorado com Chá da Tarde no SINESP



Leia na página 8

Eleição dos Conselhos do IPREM

Será realizada nos dias 29, 30 e 31/05 - Participação é compromisso de todos

Leia na pág. 7

Manejo de Conflitos e Facilitação de Diálogo

Novas Turmas - Junho de 2012



Curso de formação gratuito para filiados do SINESP

Local: Boulevard São Luiz Hotel, Av. São Luiz, 234, Centro, próximo ao SINESP

Sábados: 16, 23 e 30 de junho 2012, das 08h00 às 12h30

Carga horária de 12 horas presenciais

Inscrições através do site www.sinesp.org.br até 06/06/2012 - Vagas limitadas

Expediente

Jornal do SINESP é uma publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo.
Responsabilidade da diretoria.

Diretoria

Presidente:

João Alberto Rodrigues de Souza

Vice-Presidente:

Maria Benedita de Castro de Andrade

Secretária Geral

Marisa Lage Albuquerque

Vice-Secretário Geral:

Luiz Carlos Ghilardi

Diretor de Administração Financeira:

Eliana Mandarin Garcia Bonastre

Vice-Diretor de**Administração Financeira:**

Vilma Borghi Marcondes Amaral Seixas

Diretor para Assuntos de Legislação**e Defesa dos Direitos dos Filiados:**

Egle Prescher Iaconelli

Vice-Diretor p/ Assuntos de Legislação**e Defesa dos Direitos dos Filiados:**

Janete Silva de Oliveira

Diretor de Eventos Educacionais:

Marilva Silva Gonçalves

Vice-Diretor de Eventos Educacionais:

Neuza Maria Canile Hartman

Diretor Cultural:

Alairse Vivi

Vice-Diretor Cultural:

Rosana Capputi Borges

Diretor de Imprensa:

Aparecida Benedita Teixeira

Vice-Diretor de Imprensa:

Marilza Gomes da Gama e Silva

Diretor de Políticas Sociais:

Dinah Maria Barile

Vice-Diretor de Políticas Sociais:

Norma Lúcia Andrade dos Santos

Diretor de Organização Sindical:

Ana Maria Dünkel Bonalumi

Vice-Diretor de Organização Sindical:

Marivaldo dos Santos Souza

Conselho Fiscal

Titulares: Mabel Skiet do Nascimento; Márcia Helena Gargiulo Krause; Rui Ferreira da Silva Júnior

Suplentes: Lídice Neyde da Silva Astrini; Denise Fernandes Custodio Leyton; Maria de Fatima Lordelo Lopes

Produção

Redação, Edição, Diagramação: José Bergamini, Jornalista responsável - MTB 23.668

Redação e Pesquisa: Marilza G. Gama e Silva e Aparecida B. Teixeira

Impressão: Formacerta (3672 2727)

Tir.: 5500 exemplares

Endereço

Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro - São Paulo/SP - CEP 01047-010

E-Mail: sinesp@sinesp.org.br

Site: www.sinesp.org.br

Fone/Fax

(11) 3255 9794

Editorial

Prefeitura dá um passo atrás

A Convenção 151 da OIT, Organização Internacional do Trabalho, estabelece como princípio a negociação coletiva entre trabalhadores do setor público e governos, nas esferas federal, estadual e municipal.

O Brasil é signatário desta Convenção de 1978, que foi devidamente ratificada pelo plenário do Senado Federal e promulgada através do Decreto Legislativo nº 206-DOU 8/4/2010, estando, portanto, em condições de vigorar.

Para o movimento sindical brasileiro trata-se de vitória histórica, verdadeira inserção do nosso país ao mundo civilizado, no que se refere às relações entre Servidores e governos, pois tira dos governos o sentimento de que têm poder absoluto. Muda a cultura política, que inaceitavelmente ainda prevalece, de que governantes não devem satisfações aos servidores públicos ou a suas Entidades de Classe.

A Convenção 151 deu, também, passo importante para que os

Servidores possam estabelecer um sistema de negociação permanente com os governos, garantindo-lhes o direito à expressão de suas reivindicações.

Por todas estas razões, a Convenção 151 da OIT deveria ser acatada e respeitada. No entanto, à luz do que determinam seus princípios, a forma como o governo Kassab vem conduzindo esta campanha salarial pode ser considerada um passo atrás. Nega-se a detalhar o que apresentou aos Servidores. Informa, unilateralmente, que “este

ano não haverá assinatura de protocolo”. Como reajuste salarial do funcionalismo oferece 0,01% neste ano.

A forma com que se desenvolveu a negociação revelou-se, portanto, um retrocesso. Apesar do atendimento de justas reivindicações, a ausência de protocolo e o desconhecimento de detalhes da proposta trazem insegurança aos servidores.

Após quatro anos, o governo já deveria ter clareza de que negociações salariais exigem transparência e mais seriedade.

STF aprova cotas raciais

Cotas são positivas por ajudar a reparar desigualdades históricas

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, no dia 26 de abril, pela constitucionalidade da reserva de vagas em universidades públicas com base no sistema de cotas raciais.

No julgamento, três ações que contestavam a validade do sistema de cotas entraram em debate. Uma delas foi ajuizada pelo DEM em 2009, questionando as cotas raciais para ingresso na Universidade de Brasília (UnB). Segundo a ação, o sistema de cotas viola preceitos fundamentais da Constituição de 1988. Na UnB, que foi a primeira universidade federal a instituir esse sistema, em junho de 2004, atos administrativos e normativos determinaram a reserva de cotas de 20% do total das vagas oferecidas pela instituição a candidatos negros.

Os dez ministros que participaram da votação se manifestaram a favor da constitucionalidade

do sistema. “O preconceito é histórico. Quem não sofre preconceito de cor já leva uma enorme vantagem, significa desfrutar de uma situação favorecida negada a outros”, disse o Ministro Carlos Ayres Brito em seu voto.

Efeitos da decisão

A decisão da Suprema Corte mantém abertas as portas para as reivindicações das minorias que consideram as cotas uma forma legítima de combater a desigualdade. Mantém vivas as deliberações do 15º Congresso do SINESP (veja no destaque as decisões a esse respeito tomadas no 15º Congresso, realizado em setembro de 2011).

Apoio da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) reafirmou também o

seu apoio à política de cotas raciais nas universidades brasileiras. “O Sistema das Nações Unidas no Brasil reconhece a adoção de políticas que possibilitem a maior integração de grupos cujas oportunidades do

exercício pleno de direitos têm sido historicamente restringidas, como as populações de afrodescendentes, indígenas, mulheres e pessoas com deficiências”, afirmou em nota oficial.

Veja o que foi aprovado sobre o tema no último Congresso do SINESP

Como princípio

- “Busca incessante de meios para combater o preconceito, a discriminação, o racismo, a xenofobia, a homofobia e a intolerância correlata, visando a valorização e o respeito à diversidade.”

Como luta:

- “Inclusão dos afrodescendentes e indígenas como temas permanentes das lutas sindicais, bem como a implementação de ações efetivas que respaldem as políticas públicas.”
- “Debate social, com engajamento da RME, sobre ações afirmativas e quotas para afrodescendentes e indígenas.”

Campanha Salarial 2012

Administração dificulta as negociações com falta de transparência

Não apresentar detalhes para discussão e impor o texto que vai a votação na Câmara é prática antidemocrática que dificulta a conclusão desta Campanha Salarial

A Administração Municipal decidiu atropelar o processo de negociação da Campanha Salarial 2012 e afastar os Sindicatos da decisão final.

Nas negociações, pela primeira vez o governo concordou em pautar a valorização salarial dos Gestores. Entretanto, ficaram reivindicações do SINESP sem serem contempladas, como as 3 referências para ativos e inativos já e extensão do abono complementar para o AD.

Após isso, a Administração decidiu encaminhar sua pro-

posta diretamente para votação na Câmara Municipal sem revelar novos detalhes, sem permitir análise e negociação por parte dos Sindicatos e, pior, sem a assinatura do protocolo de negociações, que representa um acordo fundamental em qualquer processo negocial.

Em Mesa Setorial realizada em SME no dia 27 de abril, o governo informou que a minuta do PL está sendo analisada pela SEMPLA, e que depois seguirá diretamente para a Câmara Municipal para votação.

O SINESP não aceita que a assinatura do protocolo seja deixada de lado pelo governo. Ela é fundamental para concluir as negociações e para indicar aos vereadores que os Sindicatos concordam, ou não, com o que está colocado para votação.

E exige que a proposta da administração seja discutida e negociada com os Sindicatos antes de seguir para análise da Câmara.

(Veja no destaque o conteúdo da reunião da Mesa Setorial)

São Paulo reivindica o Plano Municipal de Educação – PME

Desde a Conferência Municipal de Educação, ocorrida em 2010, com a participação da sociedade civil, o Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação – PME, enviado posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação ao Prefeito, encontra-se ainda em seu gabinete.

As Comissões de Organização e Executiva da Conferência têm se reunido para encontrar as formas mais adequadas para que o PL seja enviado à Câmara Municipal.

O SINESP integrou, na época, as referidas Comissões e coordenou várias plenárias em diversas regiões da Cidade de São Paulo para contemplar os anseios da

população.

Dando continuidade na luta pela aprovação do PME organizará, juntamente com outras Entidades, um Evento na Câmara Municipal, no dia 24/05/2012, das 18h00 às 22h00 para debater os encaminhamentos necessários.

Mesa Setorial de Educação

A reunião ocorreu no dia 27 de abril. Nela, a SME apresentou suas soluções para as demandas, não abrindo espaço para negociações.

Representaram o SINESP os Dirigentes Sindicais Janete Silva de Oliveira e Luiz Carlos Ghilardi. Foram tratados os seguintes assuntos:

• **Aposentadoria Especial para os Readaptados** – O governo informou que uma força tarefa com três profissionais de cada DRE fará atendimento e análise desta demanda no prazo de 60 dias, tendo por objetivo o não represamento dos pedidos e a não interferência nos demais processos de aposentadoria.

• **Greve** – Os procedimentos e orientações sobre a reposição foram enviados por SME às DREs, em forma de Comunicado.

• **Gratificação por Local de Trabalho – GLT** – O governo acenou que pretende regulamentar brevemente, utilizando dados do IDH/2000.

• **Valorização para os Gestores Educacionais** – O SINESP cobrou urgência nesta discussão, a considera prioritária e tem estudos acumulados sobre a valorização da hora trabalho dos Gestores.

• **Prêmio de Desenvolvimento Educacional – PDE** – O governo irá considerar como parâmetro o período letivo. E concordou em não descontar Licenças por Acidente de Trabalho.

• **Transformação dos cargos de Agente de Apoio em Agente Escolar** – O governo afirmou não haver fundamentação legal para tal medida.

• **Evolução Funcional do Quadro de Apoio** – Segundo o

governo, será publicado após acertos técnicos.

• **Remoção para os Agentes Escolares** – O governo afirma que ocorrerá juntamente com as demais remoções.

• **Evolução Funcional** – Na Mesa Setorial o SINESP discordou mais uma vez sobre os termos da Portaria 5.362/11, que concentra os cursos em SME e burocratiza a homologação e validação. O novo procedimento dificultará a evolução/promoção dos profissionais de educação.

• **Implementação da CIPA** – O governo afirma que criará uma comissão mista SME/SEMPLA para estudar o assunto.

• **Férias Coletivas na Educação Infantil** – O PL para sua criação está na Câmara. O governo reconhece que, mesmo aprovado, tem pendência jurídica. Afirmou que estão sendo feitos todos os esforços para garantir as férias. Levantamento feito em 2012 apontou que dos 39 polos, com 7000 vagas no total, o máximo de ocupação conseguida foi de 500 crianças. Para a SME, os próximos recessos de julho e dezembro ocorrerão.

• **Capacitação e Formação da SME** – O governo está atrasado na criação dos Centros em todas as DREs, conforme protocolo assinado anteriormente. Até agora só existem em três DREs.

• **Revisão de Módulos** – Já está pautada para a próxima reunião. O governo solicitou que as Entidades enviem propostas.

Organização da categoria

Reunião de RELTs tem ações sindicais, demandas da categoria e palestra

A participação e o envolvimento dos RELTs foram bastante significativos

Nesta, que foi a primeira reunião de RELTs de 2012, realizada no dia 27 de abril, foram discutidos temas importantes para a categoria dos Gestores Educacionais:

- Campanha Salarial;
- Aposentadoria Especial;
- Plano Nacional de Educação;
- Plano Municipal de Educação;
- Frente Nacional São Paulo - EC70/12 e PEC 555.

Há artigos sobre estas questões neste jornal e no site do SINESP.

Direitos Humanos

Após o debate sobre as ações sindicais em foco, foi a vez da palestra “Direitos Humanos”, com a Profª Maria Victória de Mesquita Benevides, da USP.

Inicialmente ela se declarou uma militante em defesa da escola pública e dos direitos humanos, uma escola com qualidade, de-

mocrática e republicana. “Não podemos falar em democracia se não há reconhecimento, defesa e promoção dos direitos humanos”, disse ela.

E continuou, afirmando que os direitos humanos associados à democracia estão calcados no reconhecimento da dignidade intrínseca à pessoa humana, sem nenhuma distinção de etnia, credo, etc. Este reconhecimento é uma conquista da própria humanidade nos últimos cem anos, embasados em valores passados da revolução americana e francesa – igualdade, fraternidade e solidariedade.

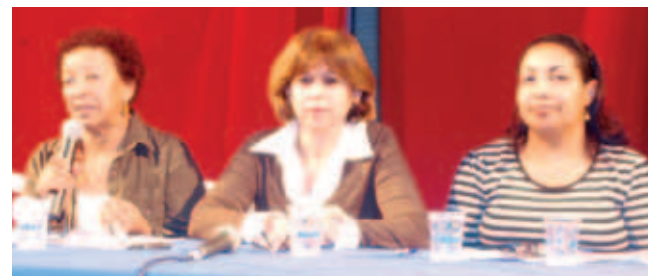
A Profª analisou previamente o Retrato da Rede do SINESP e teceu alguns comentários sobre seus resultados, permeando com a questão dos Direitos Humanos. Lembrou ela que a pesquisa do SINESP mostra o perfil agudo das dificuldades e demandas da realidade atual de São Paulo e possibi-



RELTs do SINESP na reunião de 27 de abril



A Profª Maria Victória Benevides



Benê, Cidinha e Norma, da Diretoria do SINES, coordenaram a reunião e apresentaram as ações sindicais

litam à pesquisadora se convencer ainda mais da importância do conhecimento, da reflexão e principalmente da vivência dos direitos humanos desde o início da Educação Infantil.

Para a Profª Maria Victória Benevides, o Retrato da Rede pode ser condensado na insuficiência de recursos humanos e materiais, falta de apoio à inclusão, excesso de burocracia, muita responsabilidade com pouquíssima autonomia, descentralização sem desconcentração. Apesar de tudo o trabalho é considerado gratificante e

estimulante. Lembrou ainda que o elevado número de casos de stress, fadiga e depressão (63%) é muito para qualquer categoria de trabalhadores.

Demandas dos locais de trabalho

Após a palestra, os RELTs tiveram espaço para debater as demandas dos seus locais de trabalho. É uma das formas que o SINESP tem para nortear suas ações e reivindicações junto ao governo municipal.

Entre na luta pela aprovação da PEC 555

A PEC 555 encontra-se na Câmara dos Deputados e tem como finalidade a isenção da contribuição previdenciária dos aposentados, começando aos 60 anos com decréscimo de 20% ao ano até atingir a isenção total aos 65 anos. É necessário um grande Movimento Nacional pela sua aprovação. O SINESP participará de Encontro Nacional com essa finalidade no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal, no dia 07 de agosto, das 09h00 às 18h30. Entre em contato com Deputados Federais e peça para pautar essa PEC.

Acompanhe o Movimento Nacional através das páginas na internet:
Blog: <http://frente-sp-555.blogspot.com/>
Facebook: www.facebook.com/frente.sp.555.270
Veja mais sobre o Seminário no site:
www.sinesp.org.br

Entre em contato com os Senadores e Deputados Federais e peça para pautar e votar pela aprovação da PEC 555, que isentará os aposentados da contribuição previdenciária.
www.camara.gov.br
www.senado.gov.br

Entre em contato também, com os Deputados Estaduais e Vereadores de São Paulo para que eles peçam aos Deputados Federais para pautarem e votarem a favor da PEC 555.
www.assembleialegislativa.sp.gov.br
www.camaraspp.gov.br

Por uma Educação Pública de Qualidade

Plano Nacional de Educação (PNE) está em fase final de discussão no Congresso

Parecer do relator no Substitutivo é uma Vitória para o SINESP

Está tramitando em fase final de discussão e votação o Projeto de Lei 8.035/2010 - Plano Nacional de Educação – PNE, para ser cumprido até 2020.

É um Projeto ambicioso, que elege, simultaneamente, todas as ações educativas formais, em todos os níveis de ensino, através de 20 metas e estratégias para melhorar a condição da educação pública.

O grande debate está na aplicação dos recursos financeiros, pois sem dinheiro não há meta exequível. O tempo urge, pois o país precisa atingir outros patamares educacionais que contemplem as necessidades contemporâneas de uma era globalizada e todos os anseios da sociedade brasileira.

SINESP presente

OSINESP vem participando no Congresso Nacional de audiências públicas e discussões, a fim de propor aos parlamentares os encaminhamentos necessários para se atingir uma educação de qualidade e, também, a inclusão de temas específicos dos profissionais de educação, em especial dos Gestores Educacionais.

No dia 9 de maio de 2012, a Vice-Presidente Maria Benedita de Castro de Andrade, Benê e a Vice-Diretora de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados, Janete Silva de Oliveira, estiveram em Brasília para acompanhar mais uma vez os trabalhos da Comissão Especial do Plano Nacional

de Educação, na Câmara dos Deputados, sobre a última versão do substitutivo do relator, Deputado Angelo Vanhoni (PT/PR). Foram apresentados 102 destaques ao relatório. Os parlamentares discutiram o texto e pretendem votá-lo, nesta Comissão, ainda no mês de maio.

10% para a Educação

O ponto mais polêmico é a aplicação dos recursos financeiros na Educação. O governo quer 7,0% e a sociedade civil, SINESP incluso, 10%, conforme o aprovado na

Conferência Nacional de Educação – CONAE, em 2010.

O relatório aponta para 7,5% a 8% do PIB para uma década, incluindo recursos de bolsas de estudo e financiamento estudantil e também a contribuição previdenciária dos professores em atividade.

Grande parte desta reunião foi dedicada ao debate sobre uma possível convocação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Educação.

Parlamentares da Comissão defenderam que, se o Ministro dá toda atenção a outros setores, participando de debates com as Federações dos Bancos e das Indústrias, por exemplo, é justo e importante para o país que ele dê a mesma atenção para uma área que deve ser prioritária, como a Educação.

Embora a base aliada do governo tenha se mostrado favorável a inclusão no PNE do percentual de 10% para a Educação, achou desnecessária a vinda do Ministro à Comissão Especial do PNE, e a proposta lamentavelmente foi rejeitada.

Eleição para Diretores de Escola é rejeitada mais uma vez

No substitutivo apresentado pelo relator, a democracia venceu, até agora. A meta 19, que pretendia impor nacionalmente eleições para os cargos de Diretor de Escola foi rebatida e rejeitada, impedindo a liberdade para os Entes federados definirem a forma de provimento para esses cargos.

A expectativa é que o Projeto do PNE seja aprovado na Comissão para não ir ao plenário da Câmara dos Deputados, seguindo então, diretamente para o Senado a fim de ser aprovado até meados de junho. Porém, se houver um recurso com 52 assinaturas de Deputados o assunto irá para o Plenário e perderá a sua tramitação simplificada e deverá ser apreciado por todos os 513 Deputados.

O SINESP permanece atento até o fechamento do texto final, no Senado, pois questões importantes para a categoria, para a carreira e para a qualidade da educação ainda estão em jogo.



Audiência do PNE na Câmara Federal



Janete e Benê, dirigentes do SINESP, acompanharam os trabalhos da Comissão Especial no dia 09 de maio

Fotos: Diretoria do SINESP

Direitos dos Servidores

Congresso aprova a FUNPRESP

A Lei 12.618/12 cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

Foi aprovada pela Câmara dos Deputados e, simbolicamente, pelo Senado, no dia 28/04/2012, a FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, de forma separada para as três esferas da União – Executivo, Legislativo e Judiciário. O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União – DOU, de 02/05/2012, a sanção da FUNPRESP.

Esta lei decorre da Emenda Constitucional 41, de 2003, do Governo Lula, que instituiu a Previdência Complementar. O Governo do Estado de São Paulo, em 2011, já normatizou para os servidores públicos estaduais.

A alíquota é de 8,5% e parte da contribuição de servidores e União será destinada para “cobrir” as aposentadorias especiais.

Assunto polêmico

Sobre este assunto, o presidente do SINESP, João Alberto Rodrigues de Souza, aponta problemas. “O SINESP sempre se posicionou contra essa criação”, afirma. “Esse fato, além de diminuir o aporte de recursos para os atuais pagamentos, vai dividir a categoria em dois grupos, com

interesses diferentes, pois pode acontecer o que hoje se vê na iniciativa privada, onde a ênfase é em benefícios imediatos e não em valorização salarial (que não será incorporada aos proventos limitados pelo teto)”, afirma João Alberto.

Com o decurso do tempo, os atuais servidores se constituirão em minoria, com peso na folha, mas com menos poder de barganha nas negociações de data-base. Ademais, o valor da contribuição é definido, mas o valor do benefício não. Assim, não há contrapartida garantida de recebimento dos valores aportados. Para João, “a história também mostra, tanto na realidade brasileira quanto na internacional, as quebras dos fundos, que causaram imensos prejuízos aos trabalhadores, deixando-os, após anos de contribuição, sem os benefícios apregoados. Infelizmente, os grandes vencedores dessa batalha são os bancos, que vão lutar ferozmente para abocanhar as taxas de administração dos elevadíssimos valores a serem concentrados nesses fundos”.

Veja o texto da Lei no site do SINESP

Curso “Manejo de Conflitos e Facilitação de Diálogos” tem grande procura

O SINESP, preocupado com os problemas de convivência na escola - conflitos, indisciplina e violência no ambiente escolar - e sempre atento aos estudos e às discussões na área educacional, constatou que este tema poderia colaborar com a análise dos problemas de convivência escolar e conhecimento de propostas de intervenção. Por este motivo oportunizou esta formação a seus filiados.

A primeira Edição do curso ocorreu nos dias 5, 12 e 19 de maio, ministrado pelas Professoras: Célia Aparecida Bernardes da Silva, Maria Elena Rise de C. Vianna e Cristina Telles Assumpção Meirelles. Foi bem aceito e bem avaliado pelos participantes.

Devido à grande acolhida, o SINESP abriu novas turmas para os dias 16, 23 e 30 de junho, com inscrições on-line abertas até o dia 06 de junho.

Curso homologado

A Diretoria de Orientação Técnica da SME homologou o curso do SINESP, conforme despacho publicado no DOC de 19 de maio de 2012, página 39.

Fotos: Diretoria do SINESP



Acima e abaixo, as turmas do curso realizado no dia 12/05



A palavra de quem participou:

Parabéns SINESP! A iniciativa do sindicato para realização do curso “Manejo de Conflitos e Facilitação de Diálogos” para gestores tem permitido refletir quanto necessitamos deste suporte no cotidiano escolar. O envolvimento dos participantes, os exercícios propostos pelos formadores, compartilhar vivências estão contribuindo muito para a mudança das nossas práticas, rever conceitos e perceber os novos paradigmas. Aprender sempre é fundamental. Somos seres em constante formação. Obrigada!

Selma Setsuko Kanda
Coordenadora Pedagógica - EMEF Arthur Alvim

Aposentadoria e Pensão

Eleição do IPREM

Eleger candidatos comprometidos com a defesa dos interesses da categoria é compromisso de todos

É de suma importância que todos os Servidores Municipais escolham Conselheiros idôneos e confiáveis para compor o Conselho do IPREM.

Dentre as funções dos Conselheiros está a de aprovar a política geral da Entidade, os balancetes mensais, os demonstrativos financeiros anuais, enfim, cabe ao Conselho acompanhar e fiscalizar todas as ações do IPREM.

Portanto, Servidor, nesta eleição, o que está em jogo é o patrimônio do Servidor Público Municipal, daí a importância do seu voto. O SINESP indica dois profissionais de primeira linha para compor o Conselho do IPREM e conta com o seu voto para elegê-los.

Aposentado / Pensionista

Eleições no IPREM de 29 a 31 de maio

Vote em um Conselheiro Idôneo e Confiável que zelarà pelo nosso patrimônio

VOTE
Luiz Carlos
Candidato dos Aposentados ao Conselho Deliberativo



Nº 4210

Eleição eletrônica

A eleição será por segmentos, ou seja, o Servidor Municipal vota no candidato de sua categoria: Educação, Saúde, Outras Secretarias ou Órgãos e Aposentados/ Pensionistas.

Cada eleitor votará apenas em um dos candidatos, que representa o seu segmento.

A votação será eletrônica, pela Internet, nos dias 29, 30 e 31 de maio. Cada servidor receberá uma senha, via Correio, que o habilitará a participar da votação. Mais informações podem ser obtidas no site do IPREM: www.prefeitura.sp.gov/iprem.

Servidor da Educação

Eleições no IPREM de 29 a 31 de maio

Vote em uma Conselheira Idônea e Confiável que zelarà pelo nosso patrimônio

VOTE
Ana Düinkel
Candidata da Educação ao Conselho Deliberativo



Nº 1211

Agenda do Sinesp

Abril de 2012

02. Reunião do Conselho Fiscal.

03 e 04. Fórum Sindical e Educacional do SINESP.

04. Reunião Mesa Central.

05. Posse dos Conselheiros CME.

10. Reunião da Frente São Paulo PEC 555.

11. Palestra “LER/DORT - Ginástica Laboral.”

12. Reunião PME

13. Reunião do Conselho do FUNDEB.

14. Curso Pra Começo de Conversa.

16. Seminário da Frente Nacional São Paulo, PEC 555, no Centro do Professorado Paulista.

24. PNE - Brasília.

27. Reunião dos Representantes de Local de Trabalho – RELT.

• Mesa Setorial de Educação.

• Reunião do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

28. Curso de Formação – “Manejo de Conflitos e Facilitação de Diálogos”.

Eventos e Serviços

Chá do Dia das Mães: uma homenagem merecida

O SINESP promoveu um Chá da Tarde muito animado, no dia 11 de maio, para comemorar o Dia das Mães com suas filiadas e prestar sua homenagem a todas elas. Um grande número de colegas compareceram e se confraternizaram na sede do Sindicato, saboreando um delicioso

chá, salgadinhos e docinhos. Também assistiram uma apresentação de Dança (tango e bolero).

Este foi mais um momento de descontração e confraternização oferecido pelo SINESP aos filiados. E muito outros virão, pois o Sindicato tem esta vocação.

Fotos: José Bergamini



ENCONTRO DE APOSENTADOS EM FOZ DE IGUAÇU

13 de Junho a 16 de Junho de 2012

Foz do Iguaçu, com toda a sua diversidade de atrativos, representa um dos mais belos destinos turísticos do mundo. Possui riquezas naturais incomparáveis, como o Parque Nacional do Iguaçu, tombado como Patrimônio Natural da Humanidade e onde estão localizadas as Cataratas do Iguaçu.

Serviços Incluídos:

- TRANSPORTE AÉREO
- TRASLADO AEROPORTO/HOTEL/AEROPORTO
- 3 DIÁRIAS NO IGUASSU RESORT EM APARTAMENTO SUPERIOR PREMIUM. DIÁRIA(S) COM MEIA PENSÃO (CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR).
- VISITA PANORÂMICA À HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL
- PASSEIO ÀS CATARATAS BRASILEIRAS.
- VISITA AO DUTTY FREE SHOPPING IGUAZU
- GUIA ACOMPANHANTE •SEGURO VIAGEM •BRINDE

Valor por pessoa em apto duplo = R\$ 1.138,00

Valor por pessoa em apto triplo = R\$ 1.058,00

Valor por pessoa em apto quádruplo = R\$ 1.028,00

Valor por pessoa em apto single = R\$ 1.578,00

Criança de 06 a 12 anos = R\$418,00

Criança de 0 a 05 anos = R\$368,00

Taxa de embarque: R\$ 45,89

Pagamento em até 10 vezes. A vista 5% de desconto.

Plantão da Megatur Turismo na sede do SINESP para inscrições e pagamento

Dia 31 de Maio das 10h às 13h

Dia 01 de Junho das 14h às 17h

Dia 04 de Junho das 10h às 13h



PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação escrita pelo porteiro ou Síndico | |

REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____

RESPONSÁVEL

SINESP - SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Praça Dom José Gaspar, 30, 3º andar - CEP 01047-010 - fone: 3255 9794

Site: www.sinesp.org.br

E-mail - sinesp@sinesp.org.br

Impresso Especial

9912250266 DR/SPM
SINESP - SIND. ES-PEC. EDUC. SP

...CORREIOS...



IMPRESSO